

## REFORMA DO CONTRÔLE CAMBIAL

A Superintendência da Moeda e do Crédito decidiu, na sessão de 24 de março último, acabar com as práticas irregulares que vinham comprometendo a normalidade do mercado de câmbio e despertando críticas dentro e fora do país.

Instituiu a Superintendência um verdadeiro "pool" das disponibilidades em divisas escassas (dólares, escudos, francos suíços e pesos uruguaios), determinando a centralização, na Fiscalização Bancária do Rio de Janeiro, de todos os recursos disponíveis.

Cria-se, assim, um fundo comum de divisas escassas, para distribuição equitativa entre todos os interessados, de modo que a procura seja atendida dentro de rigorosa ordem cronológica, com observância do regime de prioridade estabelecido, sem exigências de taxas-prêmio e de outros encargos que estavam onerando as importações.

Por essa forma, espera-se, o atraso será igual para todas as praças do país, acabando-se com a irregularidade que consistia em estarem as praças exportadoras quase em dia nos seus pagamentos, e as importadoras, com atrasos que oscilavam entre seis e nove meses. Liquidar-se-á também com a diferença de posição dos bancos dentro de uma mesma praça, pois, geralmente, os grandes estabelecimentos, que tinham suas carteiras repletas de cobranças e não concediam taxas-prêmio aos exportadores, careciam de divisas até para coberturas de categoria preferencial, enquanto outros, de menor porte, que recusavam cobranças do exterior e se entregavam à caça de letras de exportação, podiam vender câmbio com mais presteza, inclusive para importações de mercadorias menos essenciais.

Pelo novo processo, espera-se suprimir também a prática de conceder aos exportadores vantagens e taxas-prêmio para obtenção de cambiais (mercado cinzento), que seriam depois vendidas, acima da tabela, aos que não desejassem aguardar o tempo requerido para obtenção de câmbio. Nenhum banco poderá conce

ceder favores, pois só lhe será permitido vender o câmbio quando chegar a sua vez e, se não tiver cobranças em carteira, terá que repassar ao Banco do Brasil a posição comprada.

Após a normalização da compra e venda de câmbio, restará ainda estabelecer maior coordenação entre o controle de câmbio e o do comércio exterior, de sorte a evitar a acumulação de "congelados", como consequência da expedição de licenças de importação, em volume superior ao das disponibilidades cambiais. Esse último objetivo será atendido por disposição especial da nova lei de licença prévia, em discussão no Congresso, estipulando que o Ministro da Fazenda indique à Carteira de Exportação e Importação o limite máximo dentro do qual deverão ser concedidas as licenças de importação em moeda escassa. Terá que ser, assim, periodicamente levantado o orçamento de divisas, com indicação da parcela destinada à importação de mercadorias.

Cerca de 10 dias antes da portaria da Superintendência, foram conhecidas as intenções do Governo no sentido de modificar o regime do câmbio, o que originou grande procura de cambiais. Os preços começaram a subir rapidamente, passando o dólar, na última quinzena de março, de Cr\$ 26,80 a Cr\$ 28,50, e, no começo de abril, a mais de 30. Agravou-se a situação pelo fato de em consequência da reforma, os bancos não poderem vender cambiais durante alguns dias.

Os bilhetes de outras moedas tiveram um desenvolvimento correspondente. As notas de francos suíços subiram de Cr\$ 6,50 para Cr\$ 7,20. Desapareceram quase por completo do mercado bilhetes de francos franceses e libras italianas. Os primeiros subiram de 6 para quase 9 centavos por franco francês e os últimos de 4 para 5, o que quer dizer, muito acima da paridade. O escudo subiu de cerca de Cr\$ 1,00 para quase Cr\$ 1,10.

Em vivo contraste com a alta dos preços de câmbio, aumentou muito a oferta de ouro de todas as qualidades. Após a alta sensacional do ouro no mês de janeiro - quando foram obtidos preços de quase Cr\$ 47,50 por grama e Cr\$ 425,00 por peça de libra ouro -, o preço do produto nacional ou estrangeiro, em março, oscilava entre 42,50 e 44 cruzeiros.